



Simulado Final

TRF 5

Analista Judiciário
Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRF-5 (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TRF-5**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/NowcSE7g88Uq1vWD6>

- | | | | | |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D) | 13 - (A)(B)(C)(D) | 25 - (A)(B)(C)(D) | 37 - (A)(B)(C)(D) | 49 - (A)(B)(C)(D) |
| 02 - (A)(B)(C)(D) | 14 - (A)(B)(C)(D) | 26 - (A)(B)(C)(D) | 38 - (A)(B)(C)(D) | 50 - (A)(B)(C)(D) |
| 03 - (A)(B)(C)(D) | 15 - (A)(B)(C)(D) | 27 - (A)(B)(C)(D) | 39 - (A)(B)(C)(D) | 51 - (A)(B)(C)(D) |
| 04 - (A)(B)(C)(D) | 16 - (A)(B)(C)(D) | 28 - (A)(B)(C)(D) | 40 - (A)(B)(C)(D) | 52 - (A)(B)(C)(D) |
| 05 - (A)(B)(C)(D) | 17 - (A)(B)(C)(D) | 29 - (A)(B)(C)(D) | 41 - (A)(B)(C)(D) | 53 - (A)(B)(C)(D) |
| 06 - (A)(B)(C)(D) | 18 - (A)(B)(C)(D) | 30 - (A)(B)(C)(D) | 42 - (A)(B)(C)(D) | 54 - (A)(B)(C)(D) |
| 07 - (A)(B)(C)(D) | 19 - (A)(B)(C)(D) | 31 - (A)(B)(C)(D) | 43 - (A)(B)(C)(D) | 55 - (A)(B)(C)(D) |
| 08 - (A)(B)(C)(D) | 20 - (A)(B)(C)(D) | 32 - (A)(B)(C)(D) | 44 - (A)(B)(C)(D) | 56 - (A)(B)(C)(D) |
| 09 - (A)(B)(C)(D) | 21 - (A)(B)(C)(D) | 33 - (A)(B)(C)(D) | 45 - (A)(B)(C)(D) | 57 - (A)(B)(C)(D) |
| 10 - (A)(B)(C)(D) | 22 - (A)(B)(C)(D) | 34 - (A)(B)(C)(D) | 46 - (A)(B)(C)(D) | 58 - (A)(B)(C)(D) |
| 11 - (A)(B)(C)(D) | 23 - (A)(B)(C)(D) | 35 - (A)(B)(C)(D) | 47 - (A)(B)(C)(D) | 59 - (A)(B)(C)(D) |
| 12 - (A)(B)(C)(D) | 24 - (A)(B)(C)(D) | 36 - (A)(B)(C)(D) | 48 - (A)(B)(C)(D) | 60 - (A)(B)(C)(D) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/JmbZ>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Em um país com tantos analfabetos funcionais, não surpreende que o analfabetismo financeiro tenha proporções epidêmicas. Não é surpresa, mas é grave.

Segundo o exame PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), realizado entre estudantes de 15 anos de 15 países, os jovens brasileiros são os mais ignorantes em finanças. Até os peruanos, que são muito mais pobres que os brasileiros, estão à nossa frente. Os chineses lideram a pesquisa. Será coincidência que a renda per capita deles, que em 1980 era 6% da nossa, hoje seja maior do que a nossa? Isto mesmo, o chinês médio já ganha mais do que a maioria dos brasileiros.

Como era de se esperar, o estudo confirma que bons alunos em matemática, ciências e leitura tendem a conhecer mais também sobre finanças. Também não surpreende que países com renda per capita mais alta, melhor distribuição de renda ou um percentual maior da população com conta em bancos tenham resultados melhores no exame de finanças. O que chama a atenção é que, em todos os casos, os resultados dos estudantes brasileiros em finanças são ainda piores do que a renda per capita, a distribuição de renda ou o grau de bancarização sugeririam. Há, portanto, um problema específico no ensino de finanças básicas no país.

A ignorância financeira não é exclusividade dos jovens. Uma pesquisa do SEBRAE aponta que 77% dos empreendedores autônomos que faturam até R\$81.000,00 por ano nunca fizeram um curso ou treinamento em finanças. 48% não fazem previsão de gastos, 50% ainda usam o caderno para anotar gastos, 39% não registram todas as receitas e 34% não acompanham, ou acompanham no máximo uma vez ao mês, o saldo de caixa.

À luz da ignorância financeira que reina no país, fica fácil compreender como dezenas de milhões de brasileiros assumiram dívidas impagáveis, comprometendo seus futuros financeiros. A maioria ignora o efeito brutal dos juros compostos sobre dívidas e investimentos, ainda mais levando-se em consideração as enormes taxas de juros brasileiras. Por exemplo, considerando-se uma taxa de juros de 400% a.a. –

próxima à praticada no cheque especial ou cartão de crédito – uma dívida de R\$3.000,00 contraída para a compra de uma televisão em maio de 2015 teria se transformado em R\$15.000,00 um ano depois, em R\$75.000,00 dois anos depois e em R\$375.000,00 hoje. Quem comprou uma televisão há três anos deve hoje um apartamento. Sabendo disso, será que tanta gente teria assumido dívidas como esta?

A mesma ignorância financeira explica por que políticos mal-intencionados conseguem manipular os brasileiros com seu próprio dinheiro. O mesmo sujeito que paga alimentos muito mais caros no supermercado em função de impostos elevados para bancar o custo da máquina pública sente gratidão ao político do governo, que lhe transfere uma fração do que ele pagou em impostos, através do Bolsa-Família ou qualquer outro programa público.

Em resumo, se queremos construir um país melhor e mais próspero, precisamos avançar a passos largos e rápidos na educação financeira de todos os brasileiros. Educação financeira tem de ser uma parte importante do currículo escolar obrigatório. Sozinhas, políticas públicas não vão resolver o problema. É do interesse de todas as empresas investir para que seus funcionários tenham melhores conhecimentos de finanças e tomem melhores decisões em suas vidas pessoais e pelas próprias empresas. Principalmente, é responsabilidade de cada um de nós buscarmos fontes de educação financeira para nós mesmos e nossos filhos.

(<https://ibape-nacional.com.br/site/7465-2/>)

01. De acordo com o texto,

- a) não é surpresa que existam mais analfabetos financeiros que funcionais, tendo em vista a negligência existente no ensino escolar.
- b) o estudo mostrou que os chineses lideram em renda per capita desde 1980, quando ultrapassaram os brasileiros nesse quesito.
- c) o brasileiro médio possui renda per capita inferior à maioria dos chineses, embora a maioria tenha problemas com dívidas.
- d) o desempenho dos estudantes brasileiros no exame PISA é desproporcionalmente inferior ao que seria esperado considerando a renda per capita, a distribuição de renda ou o nível de bancarização brasileiros.

02 Infere-se do texto que

- a) a educação financeira é um pressuposto para aumentar a prosperidade no Brasil.
- b) os peruanos são ligeiramente mais pobres que os brasileiros.
- c) o analfabetismo funcional justifica a manipulação dos brasileiros por meio de programas assistenciais.
- d) o consumismo exacerbado típico do brasileiro é causa para o alto endividamento da população.

03. Quanto à sua tipologia, o texto classifica-se como predominantemente:

- a) expositivo, por informar sobre os prejuízos da ignorância financeira.
- b) injuntivo, por dar instruções para evitar dívidas impagáveis.
- c) argumentativo, por trazer uma tese sustentada por argumentos.
- d) narrativo, por relatar o desempenho dos jovens no PISA.

04. Em “À luz da ignorância financeira que reina no país, fica fácil compreender como dezenas de milhões de brasileiros assumiram dívidas impagáveis, comprometendo seus futuros financeiros. A maioria ignora o efeito brutal dos juros compostos sobre dívidas e investimentos, ainda mais levando-se em consideração as enormes taxas de juros brasileiras.” (5º parágrafo), as palavras destacadas poderiam ser substituídas, sem prejuízo semântico, respectivamente, por:

- a) inegociáveis e violento.
- b) insolvíveis e descomunal.
- c) elevadas e deletério.
- d) leoninas e cumulativo.

05. Em “É do interesse de todas as empresas investir para que seus funcionários tenham melhores conhecimentos de finanças e tomem melhores decisões em suas vidas pessoais e pelas próprias empresas.” (7º parágrafo), o conectivo **para que** estabelece relação de:

- a) finalidade.
- b) proporção.
- c) modo.
- d) condição.

06. Observe o segmento do texto:

"O que chama a atenção é que, em todos os casos, os resultados dos estudantes brasileiros em finanças são ainda piores do que a renda per capita, a distribuição de renda ou o grau de bancarização sugeririam. Há, portanto, um problema específico no ensino de finanças básicas no país."

Assinale a alternativa que traz a classificação correta dos elementos destacados, respectivamente.

- a) pronome relativo, partícula expletiva e conjunção comparativa.
- b) pronome relativo, partícula expletiva e conjunção integrante.
- c) pronome interrogativo, pronome relativo e conjunção integrante.
- d) pronome relativo, conjunção integrante e conjunção comparativa.

07. No último parágrafo, o uso das formas em primeira pessoa do plural indica

- a) um posicionamento inclusivo e generalizante por parte do autor.
- b) uma tentativa de aproximação afetiva com o leitor.
- c) uma ironia, uma vez que ele já possui educação financeira.
- d) um convite para ajudá-lo na missão de propagar conhecimentos.

08. A palavra "até", em "Até os peruanos, que são muito mais pobres que os brasileiros, estão à nossa frente.", expressa sentido de

- a) lugar figurado
- b) limite de uma ação
- c) intervalo de tempo
- d) inclusão concessiva

09. Assinale a alternativa correta quanto à concordância estabelecida pela norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Naquele ano, houveram muitos protestos na cidade de São Paulo.
- b) Os aplicativos, utilizados por muitas pessoas, originaram-se para facilitar muitas tarefas do cotidiano.
- c) O futebol, a exemplo de outros esportes, representaram um papel fundamental na sociedade.
- d) A camiseta defeituosa, comprada para o aniversário do garoto, foram vendidas por algum vendedor distraído.

10. A pontuação encontra-se em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) No último episódio da série ocorre a morte de um personagem importante.
- b) O passageiro, reclama sobre o transporte público precário.
- c) O entrevistado revela o seu segredo rapidamente.
- d) No último quadro, a jovem pergunta, se ela conta para o jornalista ou permanece calada?

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

11. Quanto ao símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência,

- a) trata-se de um cartão onde estão presentes todas as informações sobre a deficiência
- b) é símbolo de uso obrigatório para o exercício de alguns direitos, como por exemplo o de solicitar segunda via de documentos oficiais
- c) tem uso opcional, compondo-se como um cordão de fita com desenhos de girassóis
- d) uma vez que a pessoa com deficiência o traga consigo, estará livre da apresentação de outros documentos comprobatórios de sua deficiência

12. Sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei no 10.048/2000), assinale a alternativa que não corresponde a uma pessoa que não será considerada parte do grupo prioritário em razão de sua condição.

- a) as lactantes
- b) o obeso
- c) o doador de sangue
- d) a criança

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE*André Rocha*

13. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no Brasil.

Assinale a alternativa que não traz um conceito correto previsto na PNRS.

- a) Área órfã contaminada é uma área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.
- b) Rejeitos são resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.
- c) Reutilização é um processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa.
- d) Disposição final ambientalmente adequada é a distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

14. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da

participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Assinale a alternativa que não corresponde a um instrumento institucional para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima.

- a) Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.
- b) Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
- c) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- d) Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

15. No Windows, é possível configurar um recurso de acessibilidade que permite o pressionamento de um tecla inicial de um atalho (CTRL, ALT e etc) e depois o pressionamento do seu complemento e o computador entenda que foi digitado o atalho completo. Esse recurso se chama:

- a) Teclado pausado.
- b) Sombra.
- c) Tecla de aderência.
- d) Reprodução automática.

16. A funcionalidade, encontrada no Word, que permite envio de mensagens personalizadas e consiste basicamente na mesclagem de um documento principal com uma base de dados é:

- a) Tema.
- b) Localizar
- c) Hifenização.
- d) Mala direta

17. Para acessar a tela de inserção de função no Excel devemos pressionar a tecla:

- a) SHIFT + F3
- b) F3.
- c) CTRL + F2
- d) F1.

ATOS NORMATIVOS

Emerson Bruno

18. De acordo com o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, estão entre suas finalidades, EXCETO:

- a) oferecer um conjunto de atitudes que orientem o comportamento e as decisões institucionais.
- b) assegurar que as ações institucionais empreendidas por gestores e servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus preservem a missão desses órgãos e que os atos delas decorrentes reflitam probidade e conduta ética.
- c) tornar claras as regras de conduta dos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- d) vincular as decisões do Conselho da Justiça Federal aos gestores do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

19. Conforme disposto na Res. 147/2011, a comunicação entre os destinatários do Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal ou entre esses e os órgãos governamentais, os clientes, os fornecedores e a sociedade deve ser indiscutivelmente:

- a) formal, jurídica, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados.
- b) clara, simples, mediata e acessível a toda a sociedade.

c) formal, fundamentada, clara e completa para todos os legitimamente interessados.

d) clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Antônio Daud

20. Tomando por base as regras expressas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.
- b) a Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança do Estado ou defesa nacional.
- c) operador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- d) o princípio da não discriminação relaciona-se às medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais eivado de fins discriminatórios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

21. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo público, em regra, deve ser exigido na

- a) inscrição para o concurso público.
- b) posse no cargo público.
- c) entrada em exercício no cargo público.
- d) data da solicitação pelo setor de recursos humanos do órgão responsável.

22. Assinale a alternativa correta, consoante as disposições da Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso às pessoas portadoras de deficiência.
- b) é vedada a contratação de professores estrangeiros nas universidades e instituições de pesquisa científica federais.
- c) o edital do concurso público poderá prever a realização de exame psicotécnico, independentemente de previsão em lei específica.
- d) ato administrativo poderá restringir a inscrição de candidato a cargo público em razão de sua idade.

23. O indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública é denominado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, como

- a) licitante.

- b) contratante.
- c) agente público.
- d) contratado.

24. Acerca das disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos sobre alterações dos contratos, assinale a alternativa incorreta:

- a) a modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, autoriza a alteração unilateral pela Administração.
- b) os contratos podem ser modificados unilateralmente quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, dentro dos limites legais.
- c) quando decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico.
- d) nas alterações unilaterais o contratado será obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, no caso de compras ou serviços.

25. No que diz respeito ao poder de polícia administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) a polícia judiciária trata dos bens, direitos e atividades que serão restritas ou condicionadas em prol do interesse coletivo.
- b) considera-se regular a aplicação de restrições oriundas do poder de polícia quando este é desempenhado pelo órgão competente, SSnos limites da lei aplicável.
- c) a polícia administrativa insurge sobre as pessoas envolvidas no cometimento de ilícitos penais.
- d) a discricionariedade, atributo do poder de polícia, é a faculdade de a Administração decidir e executar diretamente sua decisão por seus próprios meios, sem intervenção do Judiciário.

26. Sobre a anulação, revogação e convalidação, pode-se afirmar que:

- a) o Poder Judiciário não poderá revogar os seus próprios atos, no exercício de sua função atípica administrativa, pois não exerce controle de mérito.
- b) a anulação não é cabível quando se tratar de ato com efeitos exauridos.
- c) o direito da Administração de anular atos que geram efeitos favoráveis aos destinatários decai em cinco anos, a contar do conhecimento do fato.
- d) a convalidação possui efeitos *ex tunc*.

27. Os órgãos públicos:

- a) não podem celebrar contratos em seu próprio nome.
- b) podem ser criados por lei ou por ato administrativo.
- c) possuem capacidade processual independente de sua classificação.
- d) possuem patrimônio próprio.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

28. Wanderleydson, Prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta, deseja impugnar em abstrato a constitucionalidade de uma lei municipal que, mediante iniciativa parlamentar, instituiu gratificação a ser paga aos servidores da carreira de auditor fiscal de tributos municipais.

À luz dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) é cabível ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a lei municipal
- b) não é cabível ação direta de inconstitucionalidade contra a lei municipal, ainda que no âmbito do tribunal de Justiça do Estado Beta

c) é cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental, no âmbito do STF, ação para a qual o Prefeito, no entanto, não é legitimado

d) é cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental, no âmbito do STF, ação para a qual o Prefeito é legitimado

29. Sobre o tema da organização dos Poderes, assinale a única alternativa correta:

a) Compete ao Presidente da República celebrar tratados, desde que previamente autorizado pelo Congresso Nacional

b) Compete à Câmara dos Deputados aprovar previamente a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

c) É vedada a edição de medida provisória sobre direito processual civil

d) As emendas à Constituição serão promulgadas, com o respectivo número de ordem, depois de sancionadas **pelo Presidente da República**

30. Com relação à Ordem Econômica, assinale a única alternativa correta:

a) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei

b) Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado

d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado

31. A respeito da Ordem Social, assinale a única alternativa correta:

- a) O direito fundamental ao meio ambiente deve ser efetivado, entre outros, por meio do dever do Estado de proteger a fauna e a flora, inclusive proibindo as práticas que causem maus-tratos aos animais
- b) São terras indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, desde que houvesse a ocupação quando da promulgação da Constituição de 1988
- c) A previdência social, a saúde e a assistência social possuem caráter contributivo e formam, juntas, o sistema de seguridade social
- d) O direito à educação será realizado por meio da matrícula da pessoa em idade adequada, sob pena de preclusão

32. Joaniclébya, cidadã brasileira, pleiteou o recebimento de parcela do seguro-desemprego, a qual lhe foi negada pelo INSS. Inconformada, por entender que o INSS negou o benefício previdenciário ilegalmente, procurou seu advogado, que a orientou corretamente a ingressar com:

- a) ação popular, ficando isenta de custas e do ônus da sucumbência
- b) mandado de segurança, se contra o ato não couber recurso administrativo com efeito suspensivo
- c) mandado de injunção
- d) *habeas corpus* preventivo

33. A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) possui aplicabilidade imediata a regra constitucional que prevê o direito de greve para os servidores públicos
- b) a norma constitucional que estabelece o cesso de estrangeiros aos cargos públicos possui aplicabilidade mediata

c) não é autoaplicável a norma constitucional que assegura a liberdade profissional

d) não é restringível a norma constitucional que prevê a publicidade dos julgamentos do poder Judiciário

34. Quanto às competências do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) compete ao STJ processar e julgar originariamente as ações entre Município e Organismo Internacional
- b) compete à Justiça Federal julgar os crimes cometidos por indígena contra indígena
- c) É competência da Justiça Estadual comum julgar a ação possessória decorrente do exercício do direito de greve de empregados celetistas
- d) Compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes comuns conexos com os crimes eleitorais

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E NOÇÕES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Stefan Fantini

35. O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional

36. A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) funcional

37. Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se:

- a) na base da pirâmide de Maslow
- b) no meio da pirâmide de Maslow
- c) abaixo das necessidades sociais
- d) no topo da pirâmide de Maslow

38. A barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos é chamada de

- a) sobrecarga de informações
- b) filtragem
- c) percepção seletiva
- d) semântica

39. Suponha que o TRF 5 tenha analisado, em 2021, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2022, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2021 para 2022, o TRF 5 foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz

40. Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material. A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como:

- a) analítica;
- b) não programada;
- c) intuitiva;
- d) programada;

41. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecimentos como processos:

- a) primários
- b) secundários
- c) de suporte
- d) de apoio

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravvyelle*

42. Durante uma discussão sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Vila Nova, o secretário de finanças afirmou que a elaboração e execução do orçamento público devem seguir rigorosamente os princípios orçamentários estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 4.320/1964 e pela doutrina de Direito Financeiro. Uma das preocupações apresentadas pelo secretário foi garantir que o orçamento contemplasse todas as receitas e despesas, mantendo a transparência e a clareza das informações para que a gestão dos recursos públicos fosse eficaz.

Tendo em vista o conceito de orçamento público e os princípios orçamentários, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da universalidade determina que apenas as despesas de investimento e custeio devam estar contempladas no orçamento público, sendo permitida a exclusão de receitas e despesas provenientes de fundos especiais.
- b) O princípio da exclusividade estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) pode conter dispositivos que tratem de assuntos diversos da previsão de receitas e da fixação de despesas, desde que essas matérias estejam relacionadas à gestão financeira do ente.
- c) O princípio da anualidade ou periodicidade impõe que o orçamento público seja elaborado e aprovado para um período de 24 meses, permitindo que despesas planejadas em um exercício sejam automaticamente realizadas no exercício seguinte.
- d) O princípio da unidade estabelece que cada ente federado deve ter apenas um orçamento consolidado, incluindo todos os órgãos, entidades e fundos sob sua jurisdição, o que se concretiza por meio da elaboração de uma única Lei Orçamentária Anual (LOA).

43. Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2024, um deputado federal de determinado estado apresentou uma emenda individual destinando recursos para a construção de centros culturais em pequenos municípios de sua região. Essa emenda foi proposta na modalidade de transferência especial e gerou discussões sobre os procedimentos corretos para aprovação e execução da emenda parlamentar, assim como sobre as regras para transferências.

Com base nas regras do ciclo orçamentário, elaboração e aprovação da proposta, e transferências via emenda parlamentar individual previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) As transferências especiais realizadas por meio de emendas parlamentares individuais não necessitam de prestação de contas pelo ente beneficiado, uma vez que se tratam de transferências diretas sem obrigatoriedade de comprovação da aplicação dos recursos.
- b) As emendas parlamentares individuais ao projeto da LOA podem alocar recursos sob duas modalidades de transferência: especial e com finalidade definida. Enquanto as transferências especiais são destinadas diretamente ao ente federado beneficiado, as transferências com finalidade definida vinculam-se a um objetivo específico, conforme indicado na própria emenda.
- c) As emendas parlamentares individuais com transferência especial exigem a celebração de convênio entre o ente beneficiado e o ente transferidor para a efetivação do repasse, a fim de assegurar a correta destinação dos recursos públicos.
- d) As transferências via emenda parlamentar com finalidade definida são obrigatoriamente aplicadas em despesas de custeio e, por essa razão, não podem ser destinadas a investimentos ou a ações de infraestrutura.

44. Um município de médio porte está em processo de elaboração de seu orçamento para o próximo exercício financeiro. Na última reunião do conselho de planejamento municipal, os gestores debateram sobre a necessidade de modernizar o processo de elaboração orçamentária, enfatizando a importância de vincular as despesas públicas aos objetivos e metas das políticas públicas do município. Para tal, destacaram-se os fundamentos e as técnicas do orçamento-programa, que é uma metodologia voltada ao planejamento e à racionalização dos gastos, com foco nos resultados e impactos das ações governamentais.

Com base nos fundamentos e técnicas do orçamento-programa, assinale a alternativa correta:

- a) O orçamento-programa se concentra na mera previsão de receitas e fixação de despesas, sem se preocupar com o planejamento estratégico ou com os resultados das ações governamentais ao longo do exercício.
- b) A principal característica do orçamento-programa é a ausência de um sistema de avaliação e controle, o que permite flexibilidade total para ajustar o orçamento ao longo do exercício financeiro.
- c) O orçamento-programa, ao contrário do orçamento tradicional, requer a definição clara de programas, objetivos, metas e indicadores de desempenho, de forma que as ações governamentais sejam planejadas e executadas visando resultados específicos.
- d) No orçamento-programa, os recursos são alocados com base em uma análise retrospectiva das receitas e despesas dos exercícios anteriores.

45. Durante uma discussão na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, um projeto de lei complementar foi proposto para aprimorar o ciclo orçamentário da União. O debate se concentrou na necessidade de alinhar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as metas fiscais de longo prazo e as diretrizes de desenvolvimento econômico e social do país. Alguns parlamentares, no entanto, confundiram as funções e características de cada um desses instrumentos orçamentários, defendendo propostas que não estavam em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre o PPA, LDO e LOA.

- a) O Plano Plurianual (PPA) tem vigência de um exercício financeiro e estabelece as metas e prioridades da administração pública para esse período, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dispõe sobre a previsão de receitas e fixação de despesas, contendo todos os programas de governo para o exercício financeiro seguinte, bem como o detalhamento de todas as ações previstas.
- c) A Lei Orçamentária Anual (LOA) pode dispor sobre alterações na legislação tributária, pois seu foco não é exclusivamente o detalhamento da execução da receita e despesa pública.
- d) A LDO estabelece as metas fiscais, as prioridades do governo e orienta a elaboração da LOA, além de dispor sobre alterações na legislação tributária e políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

46. Durante um treinamento sobre planejamento orçamentário, servidores públicos municipais discutem a aplicação das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101/2000 - nas finanças locais. Um dos desafios apresentados pelos participantes foi a necessidade de compatibilizar o planejamento financeiro de longo prazo, representado pelo Plano Plurianual (PPA), com as metas fiscais e as responsabilidades de gestão previstas na LRF, de forma a assegurar a sustentabilidade financeira do município e o cumprimento das obrigações fiscais.

Com base nas disposições preliminares e de planejamento da LRF, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o planejamento fiscal é uma responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, sem a necessidade de envolvimento ou aprovação do Poder Legislativo, pois se trata de uma atividade de gestão administrativa.
- b) Entre as responsabilidades na gestão fiscal previstas pela LRF, está a obrigatoriedade de o ente público manter um planejamento de despesas de pessoal para um período de 12 meses, de modo a evitar qualquer forma de extrapolação de limites legais.
- c) A LRF determina que o planejamento fiscal e orçamentário deverá sempre assegurar a transparência, sendo obrigatório publicar, até 30 dias após o encerramento de cada trimestre, relatórios detalhados que demonstrem o cumprimento das metas fiscais e orçamentárias.
- d) A LRF considera que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, incluindo a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

47. Nos termos da Lei n. 4.320/64, o registro da receita orçamentária ocorre no momento da(o):

- a) Fato Gerador
- b) Lançamento
- c) Arrecadação
- d) Recolhimento

48. À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na classificação da despesa com aquisição de material devem ser adotados alguns parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo. As opções a seguir indicam critérios que permitem classificar como material de consumo, exceto:

- a) Durabilidade
- b) Fragilidade
- c) Incorporabilidade
- d) Funcionalidade

49. O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Acerca dos procedimentos contábeis relacionados ao suprimento de fundos, assinale a opção correta:

- a) No momento do adiantamento há o reconhecimento de uma despesa sob o enfoque patrimonial.
- b) No empenho da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço.
- c) As restituições, por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida dos valores adiantados a título de suprimento de fundos, constituem anulação de despesa, quando ocorrerem no mesmo exercício.
- d) No momento do pagamento ao agente suprido há a configuração de uma variação patrimonial diminutiva.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

Stefan Fantini

50. De acordo com Frederick Herzberg, existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas. De acordo com o autor, salário é um

- a) fator higiênico
- b) fator motivacional
- c) fator de segurança
- d) fator de estima

51. No que concerne aos níveis fundamentais da cultura organizacional, os “artefatos observáveis” consistem

- a) no nível mais profundo da cultura organizacional.
- b) nos aspectos mais ocultos da cultura organizacional.
- c) nos aspectos mais superficiais e visíveis da cultura organizacional.
- d) no nível mais difícil de ser alterado.

52. No âmbito da Gestão de Pessoas, os empregados da organização são considerados

- a) patrimônio físico da organização.
- b) sujeitos passivos da ação organizacional.
- c) recursos patrimoniais da organização.
- d) patrimônio intelectual fornecedores de competências.

53. Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material. A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como:

- a) analítica;
- b) não programada;
- c) intuitiva;
- d) programada;

CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Guilherme Santanna

54. Informações contábeis distorcidas podem levar à conclusões equivocadas e prejudiciais para a empresa. De maneira geral, o controle interno deve atender a alguns objetivos.

São objetivos do controle interno, exceto:

- a) Salvaguarda dos ativos da empresa
- b) Promoção de desvios e fraudes
- c) Confiabilidade das informações e relatórios contábeis, financeiros e operacionais
- d) Eficiência operacional

55. O COSO (*The Comittee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), é uma entidade privada sem fins lucrativos e com objetivo de aperfeiçoar a qualidade de relatórios financeiros, em especial quanto à ocorrência de fraudes.

Baseado no tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em 2004, o COSO publicou o Enterprise Risk Management - integrated framework (COSO ERM ou COSO II). Esse modelo, foi projetado com o objetivo de orientar as organizações no estabelecimento de um processo de gestão de riscos corporativos e na aplicação de boas práticas sobre o tema
- b) De acordo com o COSO II, a estrutura de gerenciamento de riscos é orientada a fim de alcançar os objetivos de uma organização, classificados em quatro categorias: estratégicos, operações, comunicação e conformidade
- c) A versão 2013 do COSO *Internal Control — Integrated Framework* define a relação existente entre controle interno, gestão de riscos corporativos e a governança corporativa.
- d) O modelo COSO-ERM, ao orientar a aplicação de um processo de gestão de riscos corporativos, substitui o modelo COSO-IC pela inclusão de componentes e elementos adicionais que

asseguram a realização de todas as atividades necessárias.

56. Sobre os componentes da estrutura de controles internos, analise os itens a seguir:

- I. a avaliação de risco é o processo permanente de identificação e análise dos riscos relevantes que impactam o alcance dos objetivos da organização e determina a resposta apropriada ao risco.
- II. as informações produzidas pelo órgão ou entidade devem ser apropriadas, tempestivas, atuais, precisas e acessíveis, devendo ser identificadas, armazenadas e comunicadas de forma que, em determinado prazo, permitam que os funcionários e servidores cumpram suas responsabilidades, inclusive a de execução dos procedimentos de controle interno.
- III. o monitoramento é obtido por meio de revisões específicas ou monitoramento contínuo, independente ou não, realizados sobre todos os demais componentes de controles internos, com o fim de aferir sua eficácia, eficiência, efetividade, economicidade, excelência ou execução na implementação dos seus componentes e corrigir tempestivamente as deficiências dos controles internos.

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II e III

NOÇÕES DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Elisabete Moreira

57. Os indicadores de gestão na administração pública permitem a mensuração dos resultados, a partir do estabelecimento de objetivos e metas previamente definidos. Acerca das dimensões dos indicadores de desempenho, na busca de resultados, tem-se que:

- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços, a exemplo do alcance dos resultados financeiros previsto nos planos orçamentários.
- II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pelo aumento na relação leito / pacientes atendidos nos hospitais públicos.
- III. A economicidade ocorre quando um gestor público adquire equipamentos e insumos para as escolas com alta qualidade e com custo abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) III.

58. A Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 192, de 8 de maio de 2014, em seu art. 12, estabelece que o Conselho Nacional de Justiça, por intermédio do CEAJUD, identificará as competências funcionais (conhecimento, habilidade e atitude) a serem desenvolvidas nos servidores do Poder Judiciário, alinhar seus talentos aos objetivos estratégicos nas organizações. Acerca da gestão por competência, avalie os itens a seguir.

- I. A gestão por competências possibilita mapear as competências necessárias para o exercício de atividades de liderança em uma organização e permite levar informações para outros subprocessos de gestão de pessoas, como agregar, aplicar e recompensar.
- II. Independente dos custos e investimentos envolvidos, a administração pública deve desenvolver competências profissionais, pois somente pessoas capacitadas, motivadas e reconhecidas alcançam os resultados desejados.
- III. O modelo de gestão de pessoas por competência identifica as lacunas de competência e mensura a complexidade das competências, que podem ser analisadas do ponto de vista de nível, abrangência e escopo. No Poder Judiciário, o modelo de competências está relacionado ao cargo ocupado; na administração privada, o conceito utilizado está relacionado ao espaço ocupacional.

Aponte a alternativa correta

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

59. A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026 foi instituída pela Resolução CNJ 325/2020, após a construção democrática e participativa no âmbito da Rede de Governança Colaborativa, e tem a finalidade de definir as diretrizes nacionais da atuação institucional dos órgãos do Poder Judiciário para o próximo sexênio. Levando-se em consideração a Estratégia do Poder Judiciário, aponte a alternativa correta.

- a) As metas nacionais do Poder Judiciário estão relacionadas aos compromissos, realizados anualmente, dos órgãos do Poder Judiciário para alcance de objetivos comuns ao segmento de justiça ou ao Tribunal Superior, que deverão monitorá-los e comunicá-los ao CNJ.
- b) Na elaboração dos seus planos estratégicos, os tribunais e conselhos deverão se pautar pelas diretrizes estabelecidas em Resoluções, Recomendações e políticas judiciárias nacionais instituídas pelo CNJ, somente incorporando a Agenda 2030 da ONU nos casos em que for autorizado expressamente pela Rede de Governança Colaborativa.
- c) Os órgãos do Poder Judiciário manterão unidade de gestão estratégica para assessorar a elaboração, a implementação e o monitoramento do planejamento estratégico.
- d) As Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, visando à avaliação e acompanhamento dos resultados, deverão ser realizadas, sempre, trimestralmente, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional.

60. No processo de gestão estratégica são utilizadas diversas ferramentas com vistas a escolha da melhor estratégia para as organizações alcançarem seus resultados. Levando-se em consideração que o Balanced Scorecard – BSC utilizou os seguintes indicadores:

- (I) receita por cliente;
- (II) custo de produção;

(III) utilização de ativos e estratégia de investimento. Esses indicadores estão relacionados à(s) seguinte(s) perspectiva(s) do BSC:

- a) financeira
- b) cliente e processo interno
- c) processo interno e financeira
- d) aprendizagem e crescimento

Discursiva

Entenda o que é deep fake e saiba como se proteger

Vídeos que viralizam nas redes sociais mostrando figuras públicas em situações quase inacreditáveis como, por exemplo, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky anunciando total rendição às tropas da Rússia. Será verdade? Afinal de contas parece tão real... A resposta é não, pois trata-se de uma "deep fake", "falsificação profunda" que, como a tradução indica, é tão bem feita que pode enganar até os mais atentos.

O que muita gente não sabe, porém, é que esse tipo de golpe, além de manipular vídeos com celebridades e políticos famosos, também prejudica empresas e cidadãos comuns, que podem ser envolvidas em [fraudes de identidade](#) e extorsões.

Segundo estudo da empresa de segurança Kaspersky, 65% dos brasileiros ignoram a sua existência e 71% não reconhecem quando um vídeo foi editado digitalmente usando essa técnica.

"Deep fake pode ser definido como a criação de vídeos e áudios falsos por meio de inteligência artificial", explica Guilherme Bacellar, especialista de segurança cibernética e fraude da [Unico](#).

A prática costuma utilizar um vídeo de referência e a face (ou corpo) de outra pessoa, que não fazia parte do vídeo original. "É possível ainda criar áudios falsos fazendo a inteligência artificial aprender como uma pessoa fala e, a partir daí, obter uma montagem com outras falas, inclusive alterando os lábios para acompanhar as palavras que são ditas", explica.

Também há vídeos que alteram o rosto ou o corpo de uma pessoa e reconstroem o movimento dos lábios para manter o áudio original. "O objetivo dessas ações é prejudicar a imagem de figuras públicas ou obter ganhos financeiros enganando pessoas comuns", diz.

Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/10/entenda-o-que-e-deep-fake-e-saiba-como-se-proteger.shtml>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: o **uso da tecnologia de "Deep Fake" apresenta mais oportunidades ou riscos para a sociedade?**

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
